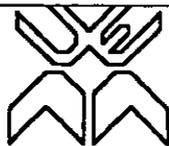


GT-93



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Ocupação da terra urbana na Cidade da Matola e sua implicação no planeamento urbano, alguma referência a bairros: Mussumbuluco e Liberdade

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia da Universidade Eduardo Mondlane

João Timóteo Monjane Cuna

Maputo, 2004



**OCUPAÇÃO DA TERRA URBANA NA CIDADE DA MATOLA E SUA
IMPLICAÇÃO NO PLANEAMENTO URBANO, ALGUMA REFERÊNCIA A
BAIRROS : MUSSUMBULUCO E LIBERDADE**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em Geografia da Universidade Eduardo Mondlane

por:

João Timóteo Monjane Cuna

Departamento de Geografia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

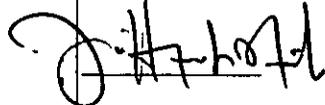
Supervisor: Professor Catedrático Manuel G. M. de Araújo

Co-Supervisor: dr. Víctor Paulo Meque Muchanga

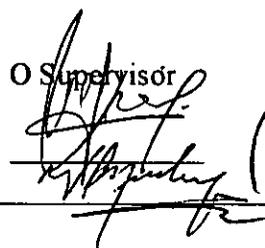
Maputo, 2004

O JURI

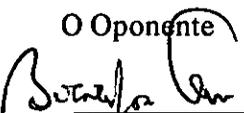
O Presidente



O Supervisor



O Oponente



Data

08/12/2004

U.E.M. - F.L.C.S.	
R. E.	30.309
DATA	16.10.2005
AQUISIÇÃO	aberta
COT.	GT-93

DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal”.

AGRADECIMENTOS

O projecto desta tese de licenciatura em Geografia iniciado em 1998, vem a ser concretizado em 2004, graças ao grande esforço da minha família e amigos, a quem expresso o meu agradecimento. Igualmente estou grato a todos que directa ou indirectamente ajudaram-me a chegar a este ponto.

Uma referência especial é dedicada aos meus pais, esposa e filhos por terem demonstrado compreensão ao longo da realização deste trabalho.

O meu sincero reconhecimento dirijo ao meu supervisor Professor Catedrático Manuel G. M. de Araújo e ao Co-supervisor dr. Víctor Paulo Meque Muchanga, pelo apoio moral, pela disponibilidade, pela orientação intelectual e profunda paciência na condução do processo de concepção e realização deste trabalho.

Sou grato a todos os meus colegas e amigos pelo encorajamento, durante momentos turbulentos e que fizeram força para que o trabalho se tornasse um facto.

DEDICATÓRIA

Em memória dos meus Tios: Jeremias Cuna e Henriqueta Novela

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- UNDP - United Nations Development Programme;
- UNCHS – United Nations Centre for Human Settlements (Habitat);
- WB – World Bank;
- UMP – Urban Management Programme;
- ISA – Instituto Sociedade e Administração;
- PDM – Plano Director Municipal
- IIRGPH – Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação;
- INE – Instituto Nacional de Estatística;
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique;
- INPF – Instituto Nacional de Planeamento Físico;
- RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano;
- CNP – Comissão Nacional de Plano;
- DNAL – Direcção Nacional de Administração Local;
- PROSALM – Plano de Ordenamento e Ocupação do Solo Adistrito a Lourenço Marques;
- INIA - Instituto de Investigação Agronómica.
- IMA - Indústria Moçambicana de Aço

RESUMO

O presente trabalho de licenciatura em Geografia, apresenta um estudo da evolução das formas de ocupação da terra urbana na Cidade da Matola. O objectivo é distinguir as formas de ocupação de terras urbanas, que afectam a planificação do uso e aproveitamento da terra urbana na Matola, com base na observação e interpretação de algumas referências de ocupação dos bairros de Mussumbuluco e Liberdade, apoiada na revisão bibliográfica e no trabalho de campo.

A análise de indicadores tais como, a densidade, o tipo de habitantes e o fornecimento de serviços, foi feita com base na utilização das diferentes fases da metodologia apresentada no capítulo II, com maior destaque aos instrumentos de gestão urbana, a observação directa e a revisão bibliográfica.

Constituem momentos importantes deste trabalho, a análise da evolução da ocupação de terras na Cidade da Matola (Capítulo IV) e as comparações entre as diferentes formas de ocupação, fazendo referências aos bairros de Mussumbuluco e Liberdade. Permitiu assim, observar as semelhanças ou divergências do comportamento espacial das áreas de estudo.

A principal conclusão que se possa tirar deste trabalho é o de a Cidade da Matola distinguir-se por quatro formas de ocupação: Zonas ordenadas para ocupação industrial,

Zonas ordenadas para a ocupação habitacional, Zonas ordenadas para ocupação agropecuária e Zonas de ocupação espontânea (manchas).

Todas estas zonas apresentam uma característica comum que é a de descontinuidade, e uma característica mista de suburbanização, com referência aos bairros de Mussumbuluco e Liberdade. Esta situação das características apresentadas, cria vários constrangimentos no que concerne a organização dos serviços urbanos municipais, que vão desde o saneamento do meio até a segurança.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo Burguess.

Figura 2: Modelo de sectores de Hoyt e o modelo Multifacetado de Harris e Ullman.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Níveis de urbanização de Moçambique, entre (1950-2000).

Tabela 2: Distribuição da população na Cidade da Matola por postos Administrativos, 1997.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Cidade da Matola, localização e divisão administrativa.

Mapa 2: Cidade da Matola, foral da cidade.

Mapa 3: Cidade da Matola, planta da Matola -1980.

Mapa 4: Cidade da Matola: Bairro de Mussumbuluco.

Mapa 5: Cidade da Matola: Bairro da Liberdade.

Mapa 6: Matola-Maputo: Situação actual (2000).

Mapa 7: Matola-Maputo: Área de expansão.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Legislação: Portaria 83/72 de 5 de Fevereiro de 1972.

Anexo 2 – Legislação: Portaria 13:312, Maio de 1944.

INDICE

Declaração.....	i
Agradecimentos.....	ii
Dedicatória.....	iii
Lista de abreviaturas e Siglas.....	iv
Resumo.....	v
Lista de figuras	vii
Lista de tabelas.....	vii
Lista de mapas.....	vii
Lista de anexos.....	vii
1. Introdução	1
1.1 Contexto	2
1.2 Objectivos do trabalho	4
1.3 Pressuposto do trabalho	5
1.4 Importância do trabalho.....	5
2. Metodologia	6
3. Enquadramento teórico.....	9
3.1. Termos e conceitos relacionados com a evolução do pensamento urbano.....	9
3.2. Teorias e modelos relacionados com o planeamento urbano.....	13
3.3. Evidências empíricas de urbanização em África e Moçambique.....	16
4. Ocupação da terra urbana na Cidade da Matola	22
4.1 Características gerais	22

4.2 Evolução da ocupação da terra urbana na Matola.....	28
4.3 Evolução da ocupação da terra nos Bairros de Mussumbuluco e Liberdade	33
5. A implicação da evolução das formas de ocupação da terra urbana no planeamento da Cidade da Matola	37
5.1 Ordenamento do Território	37
5.2 Fornecimento de Serviços Sociais Urbanos.....	38
5.3 Gestão Urbana Municipal.....	39
6. Conclusões	43
7. Bibliografia	45
8. Anexos.....	47

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, apresenta um estudo da evolução da ocupação da terra urbana na Cidade da Matola e a sua implicação no planeamento urbano, apresentando algumas referências comparativas entre os bairros de Mussumbuluco e da Liberdade. Este trabalho surge no âmbito do cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia na Universidade Eduardo Mondlane, e nele se aborda o assunto relacionado com a Gestão Urbana, tema que tem despertado e/ou reunido especial atenção de académicos, ciêntistas, decisores de vários países e organismos internacionais; só para exemplificar existe o programa de Gestão Urbana (PGU),-“Urban Manangement Programme”(UMP) na designação original em Inglês, desenvolvido pelo UNDP, UNCHS e WB, que apoia os governos das cidades africanas a desenvolverem processos de gestão urbana com base na participação e envolvimento dos diferentes sectores ou grupos e, na identificação e resolução dos seus problemas fundamentais (ISA, 1999:4).

A rápida urbanização dos países africanos em desenvolvimento, não acompanhada de infraestruturas sociais e outras, em muitas cidades, faz surgir inúmeros problemas que vão desde o inadequado abastecimento de água, arruamento, drenagem, salubridade até a poluição do ar, perigando a saúde pública e para a intensidade urbana surge a insuficiência dos sistemas de transporte, uso de energia, degradação acentuada de terras anteriormente frágeis e ocupação de áreas propenças a perigos naturais. Assim, torna-se importante para cada cidade, identificar prioridades e políticas, bem como, inumerá-las para a resolução dos assuntos imediatos.

1.1 Contexto

Em Moçambique, como tentativa de melhorar a gestão urbana, as cidades moçambicanas, foram classificadas a níveis A, B, C e D, pela resolução 7/87 de 25 de Abril do mesmo ano, pela Assembleia Popular, que elevou vários centros urbanos à categoria de Cidade, e com a Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro da Assembleia da República, foram transformadas em autarquias com vista aumentar, teoricamente, a participação dos seus cidadãos na resolução dos problemas existentes, aumentando o pressuposto de que o bem se constrói no âmbito do quotidiano das pessoas locais.

Assim, o trabalho abordará de um modo geral: i) a conceituação das cidades e modelos; ii) os processos de urbanização dos países em vias de desenvolvimento, de Moçambique e; iii) da Cidade da Matola e com algum detalhe dos bairros de Mussumbuluco e Liberdade, como forma de espelhar as tendências urbanísticas e as dinâmicas espaciais desta parcela do território nacional.

A Cidade da Matola, possuindo cerca de 424 mil habitantes (INE, 1997)- é a 3ª Cidade mais populosa de Moçambique depois de Maputo com cerca de um milhão de habitantes e a cidade da Beira com meio milhão de habitantes. Possuindo uma extensão territorial de 375 Km² e integrando uma variada e importante área urbano-industrial e agro-pecuário, localizado sobre o eixo rodo-ferroviário que liga Maputo a África de Sul e Suazilândia, Matola constitui uma área privilegiada para a fixação de entrepostos comerciais, de indústrias e de residências de relativa qualidade.

As questões que se colocam relacionam-se com:

- A relação de organização espacial da Cidade da Matola com a gestão da terra urbana;
- As consequências da actual tendência de ocupação da terra urbana e fornecimento dos serviços básicos municipais;
- As reflexões das diferenciações da organização espacial no uso da terra urbana e as alternativas de intervenção.

A Cidade da Matola, em todo o seu território, é afectada por ocupações desordenadas sobretudo na sua área periférica, decorrentes, especialmente do povoamento espontâneo criado pelo êxodo rural e/ou pela migração da população dos bairros circunvizinhos ou por outra natureza.

Matola é um Município com uma população distribuída em 42 bairros. Cerca de um terço dos bairros são essencialmente suburbanos em que as suas necessidades básicas ainda não foram satisfeitas para níveis urbanísticos.

Segundo Frelimo (1998) o programa do governo municipal tem como objectivos incentivar a recuperação urbanística da Matola iniciada nos anos 70, através de um planeamento estratégico e um Plano director para os próximos 10 Anos.

No domínio da construção, o Conselho Municipal da Matola, definiu como prioridade a promoção do sector através de iniciativas que conduzem á redução dos custos da construção e a melhoria dos padrões de qualidade das obras, dedicando uma atenção

especial a projectos estratégicos e definição de uma política de distribuição de lotes para habitação e para a produção ou criação de animais (Idem).

Neste contexto, um trabalho de investigação de carácter geográfico poderá contribuir para um conhecimento aprofundado e amplamente partilhado da cidade, sobre a situação do povoamento peri-urbano e também para despertar e pôr a funcionar as potencialidades do Município em resposta a um desafio.

1.2 Objectivos do trabalho

O presente trabalho tem como objectivo geral analisar como a ocupação da terra urbana afecta o planeamento urbano da Cidade da Matola, no que se refere aos problemas de gestão urbana municipal.

Constituem objectivos específicos os seguintes:

- Caracterizar a ocupação da terra urbana na cidade da Matola em geral e especificamente nos Bairros de Mussumbuluco e da Liberdade;
- Relacionar a organização espacial dos bairros de Mussumbuluco e da Liberdade com os mecanismos da gestão municipal (ocupação do espaço), mais concretamente com o planeamento urbano da Cidade da Matola;
- Analisar a implicação da evolução das diferentes formas de ocupação da terra urbana na Cidade da Matola.

1.3 Pressuposto do trabalho

O povoamento espontâneo urbano da Cidade da Matola, cria desordenamento e diferenciações informais na ocupação do solo urbano, dificultando a concessão formal e/ou ordenamento pelos serviços de planeamento urbano municipal, por estes não satisfazerem a demanda.

1.4 Importância

Este trabalho de pesquisa revela-se com alguma importância para a edilidade da Matola na medida em que poderá contribuir para a melhoria do nível de planificação do uso da terra urbana em particular a periferia, fazendo colaborar os diferentes intervenientes na gestão da mesma, na perspectiva de encontrar uma metodologia melhorada na implantação de equipamentos e de infraestruturas económicos e sociais em locais certos.

2. METODOLOGIA DO TRABALHO

Esta secção sobre a metodologia do trabalho está organizada em diferentes fases que a pesquisa atravessou, estando incorporadas, os métodos e as técnicas usadas para o tratamento da informação.

Na Fundamentação teórica:

Nesta fase foram utilizados os seguintes métodos:

- A pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento da informação escrita em obras, artigos, documentos sobre conceitos e teorias a volta do tema a nível Mundial, Africano e de Moçambique em particular sobre a Gestão Urbana, nas variáveis formas de ocupação do solo urbano;
- Entrevistas exploratórias com especialistas na matéria e com os que lidam com o assunto em questão, para clarificar o sustento básico em exemplos concretos no enquadramento do tema.

Na definição de elementos a recolher:

Uma vez constituído o corpo teórico e face ao problema existente na área de estudo, põe-se a questão o que recolher? Neste caso foi recolhido:

- Instrumentos de gestão urbana: Normas urbanísticas, Planos de Estruturas e Planos Directores, etc...;
- As formas de ocupação/uso do solo urbano, organização territorial urbana;

- Informação sobre os serviços básicos urbanos existentes tais como: Abastecimento de água, transporte, rede viária e ferroviária, electricidade, saúde, educação, mercado e saneamento básico;
- Analisar aos tipos de habitação, espaço produtivo, vias de acesso e espaços de lazer;

Na recolha de informação no trabalho do campo:

Realizou-se uma pesquisa sobre a área de estudo na identificação de obras Municipais tais como normas urbanísticas e planos urbanísticos municipais existentes, para verificar a ocupação preconizada anteriormente e a situação actual, leitura e interpretação de mapas para verificação da distribuição espacial dos elementos definidos para a recolha;

Fez-se a recolha de dados nas seguintes instituições: Administração dos bairros, Águas de Moçambique, Electricidade de Moçambique, Direcções distritais de Educação, Saúde, Transporte e de Obras públicas, para a obtenção de informação que possa permitir uma avaliação do nível de intervenção das instituições, incluindo as entrevistas exploratórias para auscultar as preocupações e opiniões das pessoas envolvidas e/ou que influenciam na distribuição de infraestruturas sociais básicas nos bairros em estudo;

A elaboração de croquis, que a população local, ela mesma, possa documentar o uso e aproveitamento do solo do bairro na distribuição espaço-territorial das infraestruturas socio-económica serviu de mapa base.

Na análise da informação

A informação foi organizada pela sequência de apresentação de dados recolhidos por análise comparativa, diferencial e avaliativa de dados bibliográficos e os que foram colectados no campo;

Pretendendo mostrar graficamente a área em estudo e a dinâmica (espacial e territorial) dos processos de desenvolvimento urbanístico em termos de ocupação da terra urbana da Cidade da Matola, bem como a representação de aspectos característicos observados, recorreu-se a aplicação do método cartográfico;

Na representação da informação:

Foi importante elaborar gráficos, ilustrações com mapas, tabelas, para a obtenção dos dados secundários que permitiram uma análise diferencial da organização e distribuição espacial dos dados demográficos e a correlação de variáveis acima pré-definidos para análise.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1. Termos e conceitos relacionados com a evolução do pensamento urbano

Neste capítulo aborda-se a temática do planeamento urbano, a evolução histórica das cidades, os processos de urbanização e da gestão urbana no Mundo em geral, a nível Africano e dos países em vias de desenvolvimento e de Moçambique em particular.

De acordo com Vales (2000), o planeamento urbano, pode ser considerado como uma forma de pensar e entender os problemas de índole social e económica, na perspectiva do futuro, tomando em atenção a relação que se estabelece entre os objectivos e a tomada de decisão de variáveis níveis e as motivações que conduzem ao entendimento das políticas urbanas e dos programas que devem ser seguidos, visando a melhoria do uso do espaço urbano, gestão dos recursos disponíveis e a melhoria da qualidade social e do ambiente urbano.

O sentido de planear surge da "...necessidade de controlar as alterações humanas que utilizando capital e outros recursos, não podem ser apenas determinados pelo mercado" (Idem).

Segundo INPF (1982), "o planeamento urbano significa e/ou justifica-se geralmente como um guia de acções para os órgãos decisores, tais como os Conselhos Municipais e as respectivas Assembleias: em termos concretos de planificação urbana para investimentos públicos e em termos de definição e localização física dos

CURRICULUM VITAE

JOÃO TIMÓTEO MONJANE CUNA

1. Dados Pessoais

Nacionalidade: Moçambicano

Estado Civil: Casado

Data de Nascimento: 11 de Dezembro de 1964

Morada: Bairro da Liberdade R/Nova Freixo, 958

2. Perfil Educacional/Profissional

- Ensino Superior na UEM: Actualmente com um trabalho de dissertação para obtenção de Licenciatura em Geografia, com título "Estudo sobre a ocupação da terra urbana na Cidade da Matola e suas implicações no planeamento territorial, algumas referências aos bairros da Liberdade e Mussumbuluco;
- Ensino Médio: Escola de Formação e Educação de Professores "Filipe Elija Machava" de 1983 a 1984-Curso: História/Geografia;
- Escola primária de 1ª e 2ª Classe na Escola Primária João Belo; 3ª Classe na escola primária Padre Alves Martins e a 4ª Classe na Escola primária do Bairro da Liberdade em 1977;
- Escola secundária Josina Machel de 5ª a 9ª Classe (1978-1982);

- Professor na Escola Secundária da Matola de 1985 a 1992;
- Técnico de Formação no CFM-Sul - Serviço de Recursos Humanos-Organizador e formador de cursos de Técnicas de Chefias, planificação em Grupo de 1996 a 1998;
- Experiência em administração e gestão:
 - Chefe do Sector de Acção Social, Segurança e Higiene no Trabalho no CFM-Sul (1996-1997);
 - Chefe do Departamento de Formação e Desenvolvimento no CFM-Sul 1997-2000;
 - Chefe do Serviço de Desenvolvimento Rural e Ambiente no Município da Matola (1998-2000);
 - Chefe de Serviço de Desenvolvimento Rural e Água (2000-2002);
 - Chefe do Gabinete de Endereçamento da Matola (2002-2004);
 - Chefe do Departamento de Obras e Vias Municipais (2004)

No âmbito de prestação de Serviços:

- Concepção e implementação de programas, projectos Ambientais, Desenvolvimento Rural e Água no Município da Matola;
- Relações públicas e inter-disciplinares apuradas;
- Facilidades de adaptação em ambientes de trabalhos colectivos.

Cursos de curta duração:

- Curso de gestão Ambiental-(U.E.M/Micoa/Município da Cidade da Matola);
- Curso de Avaliação e Revisão de Impacto Ambiental-(MICOA-Maputo);
- Trabalho Adicionais realizados: Durante o periodo académico trabalhos de investigação sobre "Pobreza Rural";
- Curso de concepção, dimensionamento e exploração de sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais –Faculdade de Engenharia (U.E.M.)
- Inquéritos, codificação e Processamento de dados populacionais Centro de estudo da População(UEM);

investimentos privados em habitação na cidade e em termos de direcção da ocupação e uso da terra urbana: localização e densidade. Assim inclui:

- a definição de áreas de reserva para actividades, habitação, infraestruturas; permitindo decisões objectivas para a localização perante uma necessidade;
- a definição das necessidades de expansão das infraestruturas, possibilitando a elaboração dos projectos e a realização dos mesmos;
- a indicação de precauções a tomar em termos de uso e ocupação do solo urbano, possibilitando a definição de critérios para a escolha da tipologia habitacional e da densidade de ocupação do solo;
- estudos e análises dos problemas actuais, indicando zonas com necessidades de intervenções específicas na cidade”.

Araújo (1997) define o conceito de urbano como um fenómeno que ultrapassa e/ou supera o da cidade, sendo os dois conceitos frequentemente confundidos. No entanto, refere que é a cidade que está na definição do espaço urbano.

Do ponto de vista da evolução das cidades até aos problemas de gestão urbana, os estudos indicam que desde sempre, os aglomerados humanos despertaram grande interesse na disciplina de Geografia, revelando-se uma ramificação autónoma da Geografia Humana, a Geografia Urbana e, como ciência, nasce no princípio do Século XX, com trabalho de Hasser (1907) e Blanchard (1911). Nesta fase, “Brito at ell (1991), in Vale (2000:17) referem que a investigação urbana vai interessar-se sobretudo por questões relacionados com o sítio e a situação das cidades, revelando-se pouco explicativos as diferenças e semelhanças entre vários aglomerados urbanos”.

De acordo com as formas interpretativas, segundo Rémy et al (1997), a cidade surge como uma unidade social, local de convergência de produtos e de informações, desempenhando um papel de grande importância nas trocas comerciais e administrativas, de gestão e de processo de inovação, sendo “o lugar onde vários grupos, permanecem distintos uns dos outros, encontrando entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima do mesmo território”

E, segundo a Beaujeu-Gardiner (1997) a Cidade vista pelo Geógrafo é a correspondência de um modo particular de ocupação do solo num espaço mais ou menos vasto, muito denso, por um grupo de indivíduos que aí vive e produz, com fluxos sucessivamente centrípetos ou centrífugos, sob várias formas de organização do espaço.

A abordagem geográfica – as origens, as variedades de repartição dos agrupamentos e as características demográficas da população, são objecto das suas pesquisas, procuram caracterizar as funções e a origem do desenvolvimento urbano.

Mas, a cidade existe concretamente sendo um elemento funcional de um sistema económico-social de uma unidade definida pelo quotidiano do mercado de trabalho (segundo Beaujeu-Gardiner, 1994:10 citando Aydalot). A concepção funcional é mais divulgada pelos economistas que explicam os factos urbanos como uma situação de economia e deseconomia das aglomerações citando (Rémy, et al 1997:14).

Sendo a Cidade, o lugar onde os contactos de toda a natureza são favoráveis e maximizados os resultados, contribuindo essencialmente a dupla ligação entre o espaço periférico que mais ou menos domina e o espaço rural com o qual mantém ligações complexas (Gardiner, 1997:235)

“Este conceito de Cidade que parece responder as verdadeiras funções, impõe muitas das vezes a distinção entre cidade e o facto urbano, que não são, forçosamente, sinónimos”. Beaujeu-Gardiner (1997) afirma que “Aydalot (1976) exclama: que unidade existe entre um cordão de casas de operários em regiões mineiras, Paris, e um conjunto de bairros de caniço ou de lata? Estes tipos de organização do espaço são de facto cidades; está a fazer, simultaneamente, uma observação essencial e uma deplorável confusão, porque, justamente, os exemplos dados não são de modo algum assimiláveis a cidades” mas as cidades actuais apresentam, tanto em população como em extensão, dimensões muito variáveis⁽¹⁾, mas qualquer que seja o aglomerado populacional e/ou prolongamentos periféricos, não existira a cidade sem um núcleo susceptível de unificar, de dominar, de organizar a periferia.

“Todas as cidades tem tendência a crescer” refere a Beaujeu-Gardiner; isto é complementado pela própria função que também cresce e, outras funções que se vêm juntar. O autor acrescenta dizendo que este crescimento realiza-se de duas maneiras: por acumulação e por projecção para o exterior resultando diferentes tipos de periferias, sendo a mais frequente na maioria das cidades a chamada por mancha de óleo.

Apresenta-se aqui uma situação considerável na análise, quando a Beaujeu-Gardiner diz que “um grupo de casas de operários nas regiões mineiras ou loteamentos justapostos, se não houver um núcleo que integre alguns equipamentos e poderes estruturantes, pode ser um fenómeno urbano, ter uma população considerada urbana, mas não é uma cidade, segundo a situação exposta anteriormente” isto leva a examinar que no que se designa *População Urbana*, tem havido evidentemente falta de consenso, utilizando-se diferentes critérios que variam, não apenas no espaço, isto é, segundo os países, mas também no tempo⁽²⁾

Segundo Derruau (1982) “a cidade é um aglomerado importante, ordenado para a vida colectiva e onde uma parte considerável da população vive de interesses, não agrícolas e/ou de actividades agrícolas, mas sim, industriais ou de serviços”.

Por outro lado, Beaujeu-Garnier (1997) refere que “a cidade aparece quando se passa de uma situação de autoprodução de diferentes bens com valor social concreto, para uma fase que implica circulação do produtos por actores e lugares especializados”. Sendo no entanto a cidade nestas condições, o lugar que estrutura, coordena e organiza os vários campos de actividade que se encontram no interior dela.

3.2. Teorias e modelos relacionados com o planeamento urbano

Entre os anos 25 a 50 do século XX foi um período marcado pela introdução de teorias gerais e modelos de estruturas das cidades ligadas, fundamentalmente, à

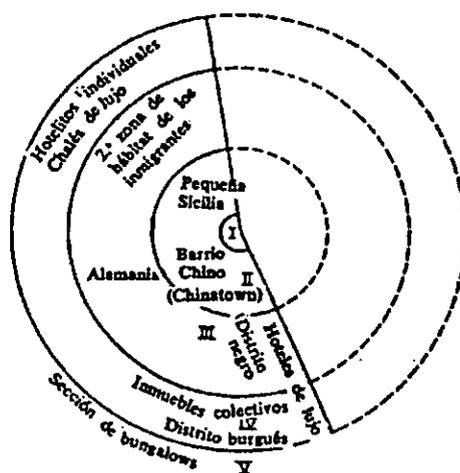
¹ Segundo a Jacqueline Beaujeu-Gardiner esta variação pode ser envolvida por extensos arrabaldes, e transformar-se em aglomeração, ligados a uma administração territorial.

² Segundo a Jacqueline a situação de definição varia de autor para autor, e segundo a realidade do espaço

célebre escola de Chicago. Foi com base em séries e/ou hipóteses e simplificações, referentes á localização de cidades e análises de estruturas sócio-espaciais em diferentes escalas, que se chegaram a teoria e modelos seguintes:

O modelo de Burgess é caracterizado por expansão radial concêntrica, tem como o fenómeno principal no modelo “a tendência para os residentes duma determinada área invadirem o espaço exterior mais próximo, ao mesmo tempo que o sistema é mantido dinâmico pelo crescimento contínuo da população urbana através da imigração para o centro” (Araújo,1997:56)

FIGURA 1 - MODELO DE BURGESS: CHICAGO



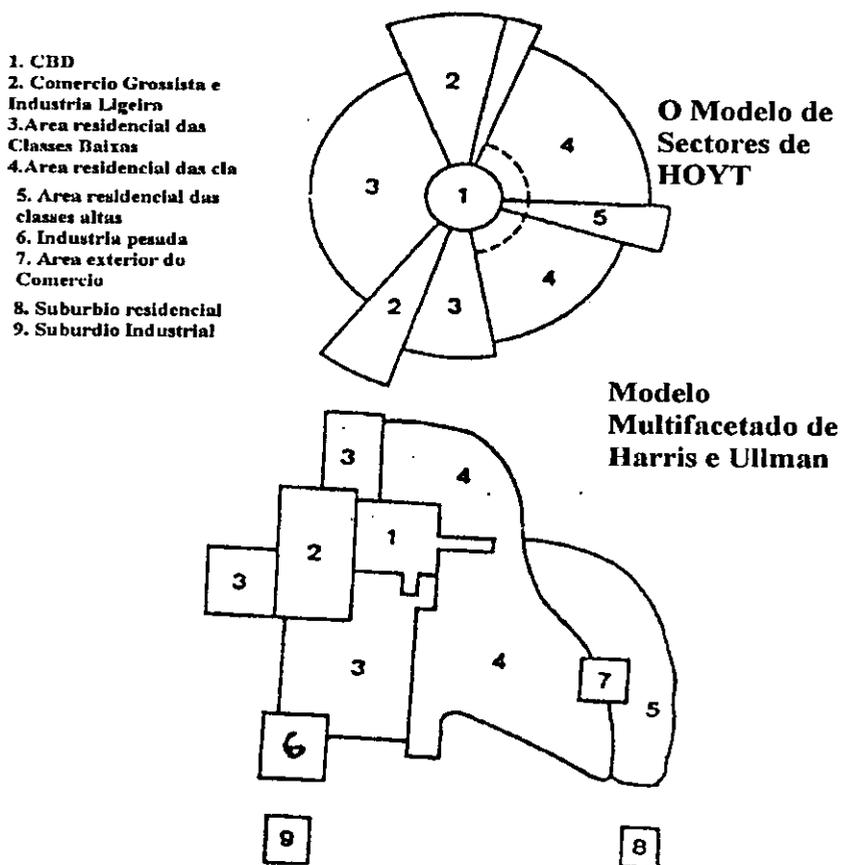
I. Centro (The Loop)—II. Zona de transición.—III. Residências de obreros.—IV. Residências de las clases más acomodadas.—V. Zona de las migraciones.

Fonte: Textos de Apoio de Introdução ao Planeamento Urbano 1995/6

Os outros modelos conhecidos desta famosa escola são: o Modelo dos Sectores de Hoyt, tendo este autor usado os mesmos pressupostos de Burgess, exceptuando ao que diz respeito ao transporte, sugerindo que a escolha da localização das residências dos ricos fosse a chave dominante para do padrão da construção das cidades.

Segundo Araújo (1997:61), o aparecimento de novos inputs mais modernos no desenvolvimento das cidades, veio a alterar com profundidade as duas teorias de Burgess e Hoyt. “Segundo Mann, as melhores áreas residenciais localizam-se e orientam-se de forma a receber os ventos dominantes, destinando-se o lado oposto à localização do sector industrial”; enquanto que Harris e Ullman sustentaram-se dos modelos de Burgess e Hoyt ⁽³⁾(Fig.2) para dizerem que “em muitas cidades, o padrão de uso do solo estruturava-se à volta de vários núcleos descontínuos e não apenas de um único”⁽⁴⁾ este foi chamado o modelo multifacetado de Harris e Ullman.

Figura 2



Fonte: Textos de Apoio de Introdução ao Planeamento Urbano 1995/6

³ Mais conhecida por teoria de sectores, cujo arranjo pode variar de cidade para cidade.

⁴ In Araújo(1997) Exemplificando que podem as antigas aldeias serem incorporados no crescimento da cidade.

É neste âmbito que, as cidades apresentam-se no espaço de forma mais ou menos organizada, como resultado da interação de vários factores, que variam com o decorrer do tempo e que dão à cidade formas características que podem reflectir diferentes períodos e diferentes fases de crescimento. Sendo a estrutura urbana (⁵), refere ainda o autor, que tem levado muitos estudiosos a interessar-se, pela sua análise, que os leva à construção de modelos e teorias que tem sido considerados no processo de desenvolvimento dos centros urbanos.

3.3. Evidências empíricas de urbanização em África e Moçambique

“Em África, a urbanização foi em primeiro lugar um processo espacial, pelo que os homens se aglomeraram em número relativamente importante e sobre um espaço relativamente pequeno, mas também foi um processo social, gerador de conflitos étnicos, linguísticos, profissionais, e de classe”(Vale, 2000). Para outros autores como Pourtier (1993:83)⁶ que afirma que África distingue-se da maior parte do mundo por causa da juventude das suas cidades e pela corrida à urbanização, como forma de recuperar o atraso histórico no seu desenvolvimento. Sendo a grande parte das cidades em África de origem recente que nasceram da colonização dos séculos XIX e XX.

Para os governos africanos e para o enaltecimento da capacidade de controle do desenvolvimento social, especialmente ao diz respeito a terra urbana e desenvolvimento urbano, geralmente requer que haja muita atenção para a necessidade criativa de governação e de todos aspectos da vida local.

⁵ *A base do desenvolvimento da malha urbana.*

⁶ Segundo VALE, M. (2000).

A estrutura tradicional das cidades africanas foi sempre a criação de um centro que é reservada ao papel tradicional, como bem documentam as explorações do século XIX em que o palácio do governo cobria uma área substancialmente grande (Mabogunje,1992).

Araújo (1997:111) contrasta quando afirma que “os estudos de Geografia urbana das cidades africanas iniciaram bastante tarde (apartir dos anos 50 do presente século), porque se considerou, durante muito tempo, que este fenómeno é, fundamentalmente, inerente ao processo de colonização e de penetração do capital mercantil em África”.

O mesmo autor prossegue na sua análise dizendo que “Diversos estudos recentemente realizados revelam que isto não é verdade, pois se encontram variados indícios de espaços urbanos vindos dos séculos X e XI. Mas o facto do estudo científico da urbanização no continente, em particular ao sul do Sahara, ser bastante recente, ainda não permitiu a elaboração de modelos e teorias completas o que leva à adaptação das que foram criadas para o processo urbano da Europa e América do Norte.”

Neste contexto, é justo considerar afirmação do Araújo (1997:18) quando refere que “O fenómeno urbano em África não é o resultado, como sucedeu na Europa e na América do Norte , duma revolução industrial; no nosso continente ele assume características exclusivamente demográficas”.

Confirmado pelo Beaujeu-Gardiner (1997:207) quando se refere que “Os países do Terceiro Mundo apresentam condições especiais. Face a rapidez actual de

urbanização, os bairros pobres desenvolvem-se em grandes extensões; e aí chega a habitar entre 1/3 e 2/3 da população urbana”, isto é, o caso de Moçambique.

Moçambique, apresenta-se neste quadro dos países da África sub-sahariana, em que a sua estrutura de urbanização está na consideração do fenómeno como inerente ao processo de colonização e da penetração do capital mercantil, mas, isto é contestado pelo (Araújo, 1997:111) quando revela que há diversos estudos recentes que apresentam outra face da verdade, uma primeira geração de cidades que é caracterizada por ter uma origem endógena, pois encontram-se vários indícios de espaços urbanos vindos dos séculos X e XI.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, RDH (1999), em 1995 a taxa de população urbana em Moçambique era de 38%, com uma previsão de crescimento de 4,7% até ao ano 2015. De acordo com os dados do censo de 1997, a população urbana é de 4 290 367 habitantes, com uma taxa de crescimento de cerca de 4,5% ao ano, sendo um valor superior ao crescimento da média da população total que é de 2,5%, isto significa que o país está perante um ritmo bastante forte de urbanização.

O processo de urbanização no país é recente, conforme a ilustração da tabela nº1, abaixo.

Tabela nº1- Nível de urbanização de Moçambique, entre (1950-2000)

Períodos	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Moçambique	2.4	3.7	5.7	13.1	26.8	38.9

Fonte: Adaptado de CNP (1994:12)

Esta tabela é adaptada de acordo com os dados da Comissão Nacional de Plano (CNP, 1994:12), que se refere ao nível de urbanização e o seu crescimento percentual desde 1950 que estava a 2.4, e que cinco décadas depois, crescerá para 38.9% da população total.

Para esta estimação foram tomados em linha de conta os diferentes parâmetros utilizados em cada país para a definição de áreas urbanas. Nesta óptica, no país, apenas foram avaliadas as cidades de Maputo, Beira e Nampula.

Em 1960, as três principais cidades foram avaliadas como conselhos e as outras como sede distritais, visto que na época os subúrbios estavam pouco desenvolvidos. A causa da fraca presença da população urbana no país está relacionada com o início tardio do processo de urbanização ou desenvolvimento das cidades na base do desenvolvimento industrial.

As cidades de Maputo e Beira, desenvolveram-se lentamente na sua função portuária ao serviço dos países vizinhos, e mesmo assim, com uma dinâmica que limitou a possibilidade de reprodução da população nas áreas urbanas uma vez que não necessitava de grandes contingentes de mão-de-obra permanente, principalmente a feminina (ISA:1999).

De acordo com o quadro acima o crescimento da população veio a se acelerar nas últimas décadas. Neste sentido, o nível de urbanização no país duplicou no período de 1980-1990.

Para este facto, foram apontadas como razões a instabilidade sócio-económica e política (guerra civil) que abalou o país neste período e que afectou grandemente o meio rural, não se esquecendo também de um factor ecológico (seca) que também se fez sentir neste período.

Quanto a tendência do crescimento da População urbana pode ser visualizado na tabela nº1, onde se faz a relação entre as taxas de crescimento da população urbana em relação a população rural. Visualizando esta tabela nº1, podemos notar que há uma tendência da população crescer num ritmo cada vez mais rápido. Dentre 1960-1980, a taxa média de crescimento da população urbana é de 5.3%, quase triplicando a das zonas rurais que é de 2.0 %.

No período mais recente 1980-2000, a taxa de crescimento da População urbana aumentou para 8.4%, enquanto a da população rural baixou para 1.6%, mostrando que o crescimento da população urbana foi à expensas da população rural. Dos vários critérios de definição da cidade podem ser eles Jurídicos, Comerciais, Industriais, Políticos, Religiosos, Administrativos, numéricos, etc..., todos são válidos sendo para o geógrafo a melhor definição a ser feita é pelas funções da cidade.

Neste contexto, segundo a resolução nº 07/87 de 25 de Abril, pela Assembleia Popular, foram reclassificadas as cidades de Moçambique em quatro diferentes categorias:

- Nível "A": a cidade de Maputo (capital do país);

- Nível "B": as cidades da Beira e Nampula, que sendo capitais provinciais têm um papel relevante no desenvolvimento regional interno, e na realização de programas de cooperação internacional;
- Nível "C": a Matola, as demais cidades capitais provinciais e as cidades cuja dimensão histórico-cultural e universal, bem como a importância económica e em comunicações, têm interesse nacional e na cooperação regional;
- Nível "D": os demais centros urbanos do país cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como cidades e assumem um papel relevante no desenvolvimento local"

Dado ao carácter dinâmico das cidades moçambicanas, tem havido uma ocupação rápida da sua malha urbana, ocasionado pelas precárias condições de vida nas zonas rurais e o exódo rural, por causa da guerra civil e da situação ecológica; por outro lado, este crescimento populacional das cidades não tem sido acompanhado pelo plano de desenvolvimento urbano, provocando cada vez mais a degradação das condições de vida nas áreas urbanas, sobretudo na sua periferia.

4. OCUPAÇÃO DA TERRA URBANA NA CIDADE DA MATOLA

4.1 Características Gerais

Localização Geográfica

O Município da Matola, confinado com a Cidade de Maputo, localiza-se no sul de Moçambique e, é a capital administrativa da Província de Maputo e situa-se entre os paralelos 25° 40' Sul e 25° 59' Sul de Latitude e entre os Meridianos 32° 34' Este e 32° 46' Este de Longitude. Tem como limites a Nordeste e a Norte o Distrito de Moamba e a Noroeste o Distrito de Marracuene; a Oeste e Sudoeste o Distrito de Boane; a Sul a localidade de Catembe (Cidade de Maputo) e, a Este a Cidade de Maputo. O seu perímetro perfaz uma área aproximadamente de 375 Km² (DNAL, 1988).

O Município da Matola está dividido em três Postos administrativos, nomeadamente, Matola-sede, Machava e Infulene, cada Posto é subdividido em bairros, sendo 13 para Matola Sede, 14 para Machava e 15 para o Posto de Infulene que perfazem no total 42 Bairros. O primeiro posto é maioritariamente urbano, o segundo industrial e o terceiro rural (Vide Mapa 1).

Aspectos Físico- Naturais

Vários complexos morfológicos estão incluídos na área da cidade desde o vale do Infulene (rio Mulaúze) a Este até ao rio Matola a Oeste. A região da Baía, onde se situa a Cidade, está caracterizada por uma vasta área de planície que se mantém acima dos 35 metros de altitude, entrecortada por talwegues secundários e depressões.

Os cursos de água que drenam a área da Matola, são: O rio Mulaúze e o rio Matola, ambos desaguam por um estuário que forma a Baía de Maputo. Existem também diversas depressões sem escoamento que drenam por infiltração, principalmente na planície da Machava, existem pequenos lagos situados nos bairros Bunhiça, São Damaso, Cobe e Boquiço "A".

A descrição geomorfológica e solo baseou-se no mapa de solos das províncias de Maputo e Gaza (INIA, 1993). Sendo uma área formada no período quaternário, cuja qual é caracterizada por variações climáticas e flutuações do nível do mar e a topografia predominantemente de relevo é planície arenosa com colinas e dunas onduladas com inclinação para o estuário.

A principal unidade da paisagem Quaternária é um manto com mais de 20 m de espessura de cor castanho-amarela, salino-sódico, calcário, franco-argilo-arenoso, formando largas áreas de ligeira inclinação denominadas "Mananga" (Idem).

Nas zonas altas e arenosas a água das chuvas infiltram-se e o excesso percola no subsolo e as águas superficiais devido as colinas e dunas onduladas, com inclinação

para o estuário, drenam em direcção a baía. A água subterrânea encontra-se nas dunas a grandes profundidades e corre lateralmente para as zonas baixas em direcção a baía⁽⁷⁾. De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima da cidade da Matola é tropical húmido com duas estações: uma quente e chuvosa e, outra fria e seca.

Aspectos Sócio-Económicos

Segundo o IIRGPH-97, a população da cidade da Matola é de 424.662 habitantes, desta população 204.083 são homens e 220.579 mulheres. Ao nível dos três postos administrativos a população esta distribuída de forma seguinte:

O Posto Administrativo da Matola-Sede com cerca de 175.873 habitantes, sendo 85.185 homens e 90.688 mulheres; o Posto Administrativo da Machava com 116.716 habitantes, sendo 55.325 homens e 61.391 mulheres e o Posto Administrativo de Infulene com 132.073 habitantes, 63.573 homens e 68.500 mulheres.

Esta população corresponde acima 51% da população total da Província de Maputo. As projecções efectuadas pelo INE para o intervalo de 1999 a 2001, indicam que se a taxa de crescimento anual de 2.4% mantivesse a população da cidade da Matola passaria de 424.662 habitantes para 436.433 habitantes, segundo tabela abaixo.

⁷ O centro do bairro da Liberdade sofre estas inflatões criando uma grande linha de água que parte da escola secundária do mesmo nome para desaguar na baía passando pelo bairro do Fomento, sempre que há chuvas cria

Tabela 2: Distribuição da população na Cidade da Matola, por posto administrativo, 1997

POSTOS ADMINISTRATIVOS	SEXO		TOTAL
	MASCULINO	FEMENINO	
Matola-Sede	85.185	90.688	175.873
Machava	55.325	61.391	116.716
Infulene	63.573	68.500	132.073
Total	204.083	220.579	424.662

Fonte: INE, IIRGPH, 1997

A distribuição dos equipamentos sociais relativamente a saúde, a Cidade da Matola apresenta o seguinte quadro: um Hospital geral da Machava situado no Vale do Infulene, oito centros de saúde distribuídos pelos bairros da Matola "A", "B", Liberdade, Machava, Matola-Gare, Ndlavela, Khongoloti e Boquiço e 8 postos de saúde no posto administrativo da Matola-Sede.

Esta rede de saúde não apresenta uma expressão de relevo. A população percorre ainda grandes distâncias e forma bichas enormes para uma consulta e muitas das vezes socorre-se nas unidades sanitárias da Cidade de Maputo.

Na área da educação em 2003 existiam cerca de 57 escolas primárias do 1º Grau oficiais e tinham cerca de 97.393 alunos matriculados, EP2- Ensino oficial tinha cerca de 21.565 alunos em 30 escolas, no ensino Secundário com 06 escolas com 10.093

inundações.

alunos e 3 escolas do ensino técnico 2.100 alunos matriculados, havendo ainda um nível de procura maior e crescente.

As vias rodoviárias da Matola representam uma extensão linear de mais de 500 kms de via estruturada (com uma largura superior a 3,0 m) A extensão linear de vias "expontâneas" é provavelmente sobremaneira superior à 500 kms, embora não seja ainda possível dimensioná-las com precisão, sendo na sua maioria das vias encontram-se em mau ou muito mau estado de conservação.

O Posto Administrativo da Machava, é atravessado por uma via férrea que liga a cidade de Maputo á Ressano Garcia e com um apiadeiro no bairro da Liberdade e paralelamente existe uma estrada de terra batida apartir de Matola gare.

A parte interior da Cidade da Matola é feita por ligações em estradas rurais (terceárias) e por transportadores marginais em que no período chuvoso a ligação torna-se muito difícil ou quase impossível.

A falta de transporte regular e o estado precário das vias de acesso constitui um dos grandes problemas para a maioria da população residente nos bairros interiores.

A situação do comércio na maioria dos bairros interiores, tem se desenvolvido o do tipo informal, principalmente a comercialização de produtos de primeira necessidade que são adquiridos na cidade de Maputo e Matola. No entanto, a rede comercial é dispersa em todo o interior da Matola.

Segundo critério de Derruau (1982), a Matola apresenta as suas actividades económicas agrupadas em três tipos:

- 1ª Actividades primárias (Agricultura, pecuária, pesca, extracção de saibro e sal);
- 2ª Actividades de transformação ou secundárias (Indústria e artesanato);
- 3ª Serviços (Saúde, educação, banca, habitação e outros).

Conforme estes agrupamentos de actividades acima, segue-se abaixo uma breve descrição dos ramos económicos principais da Matola. A fonte económica mais importante nas actividades primárias, é a terra, sobretudo as terras aptas para a exploração agrícola, a Cidade da Matola possui cerca de 2500 ha de terras agrícolas no bairro da Zona Verde ao longo da linha de água do Mulaúze. Uma outra actividade extractiva com certa importância na Matola é a extração do sal e areias (Vermelhas e Brancas) e pesca marinha.

Nas secundárias, o destaque para o parque industrial da Matola que é impressionante, e é o maior do país, em combinação com as outras fontes económicas, é suficiente para o seu aglomerado e uma perspectiva de desenvolvimento satisfatório da cidade. A rede eléctrica apresenta uma fraca distribuição ao nível dos bairros interiores, apenas existem linhas que abastecem corrente eléctrica ao longo do eixo das principais vias.

O abastecimento de água a população dos bairros estruturados e/ou ordenados, sobretudo no posto Administrativo da Matola-Sede, é feito através de uma canalização fornecida pela Empresa águas de Moçambique e os bairros rurais é feita

através de fontanários, financiados por várias ONG's, que posteriormente são entregues á comunidade local e controlados por um conselho comunitário local. E em algumas áreas por um pequeno sistema de canalização com captação nos furos.

4.2 - Evolução da ocupação da terra urbana na Matola

O crescimento da Cidade da Matola teve lugar a partir dos últimos 40 anos. Até os anos 1960, já se verificava uma ocupação habitacional de forma embrional na zona da Matola entre o rio Matola e o estuário de Maputo. Nessa altura já se encontrava instalada a área industrial (o porto e a refinaria). Na zona da Machava só existia a Vila da Machava com poucas ocupações do solo, entre elas habitações, quintas e algumas indústrias.

Em 29 de Agosto de 1959, pela Portaria nº 13.312 cria-se a Câmara Municipal da Matola e, é concedido à Matola o Foral da Vila, que abrange a Vila da Matola, as zonas urbanas, suburbanas e rurais adjacentes. Segundos as áreas definidas pelo PROSALM, para a ocupação por habitação, Industria e outras actividades, tem a seguintes classificação segundo o mapa do foral da Matola (Vide Mapa 2):

H4 = Áreas habitacionais 1ªfase (aberta á construção);

I5 = Áreas Industriais 1ªfase (aberta á construção);

A2 = Zonas Verdes (mata, parque, floresta, etc.);

EI3 = Zona portuárias (indústrias, armazéns, doca e terminais);

EH4 = Áreas habitacionais (expansão);

EI4 = Área Industrial (expansão).



Escala 1:250

Ainda que o seu primeiro Presidente da Câmara, o Sr. Eugénio Castro Spranger já tivesse começado um dinâmico programa de aquisição de máquinas pesadas para a destronca e abertura de ruas, abastecimento da energia eléctrica à Vila, etc., foi mais notável o seu sucessor, Sr. Abel Baptista, Administrador do Conselho e Presidente da Câmara Municipal da Matola, que impulsionou um processo ambicioso de urbanização da Vila e desenvolvimento das cercânias da Matola como ilustra o mapa (H3, H4 e EH4). Em 1963, inicia-se a construção dos bairros residenciais, designados "Unidades". A Unidade "B" foi o primeiro bairro a ser construído, seguindo-se as unidades "G" e "F" e as beneficiações aos Bairros Populares que já existiam.

Sob a administração do Abel Baptista, a Câmara Municipal da Matola assistia aos indivíduos que quisessem construir casas para a sua habitação, fornecendo-lhes, gratuitamente, materiais de construção e dando emprestado máquinas de construção. Os bairros eram, simultâneamente, apetrechados com furos para a captação de água e ruas asfaltadas. É nessa altura, que se regista um grande interesse dos moradores da cidade de Lourenço Marques, especialmente profissionais, tais como, médicos, advogados, oficiais do exército e arquitectos, à procura de terrenos para as suas casas de campo nos arredores da Matola.

Além disso, a concessão de talhões já equipados com certas infraestruturas e a assistência gratuita à construção de casas pessoais cativou ainda mais os residentes de Maputo, particularmente de Chamanculo, Xipamanine e Malanga, que transferiram as suas residências para a Matola, com maior incidência para as Unidades B, F e G.

Entre 1963 e 1966, constrói-se o Cemitério da Matola, e se efectiva a ocupação dos primeiros bairros habitacionais da Matola.

Paralelamente, organizações e proprietários singulares empenharam-se na construção de facilidades sociais, residênciais e infraestruturas sociais tais como: a Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Amparo, o Cinema 700, a Escola Primária Santa Maria, a Escola Sr. Rui Patrício (Actual Bagamoyo), a Missão de Lapeleva (Actual EP1 de Liqueleva). E pouco mais tarde, são estabelecidas a Escola Secundária e a Escola Industrial da Matola.

Os trabalhos da construção de casas e equipamentos urbanos foram acompanhados da organização da toponímia da Cidade, com maior realce para a Avenida Abel Baptista, uma via dupla ao longo das Unidades B,C,D,J e Bairro Silva Cunha (actual Bairro da Liberdade).

Na zona industrial (I5 e EI3) estabelecem-se as fábricas de Cimento, Companhia Industrial da Matola, o Complexo Mineiro dos CFM, a Shell Company, Mobil e a Caltex. O fluxo diário de pessoas entre Matola e Maputo crescera para um nível tal que a necessidade de transporte de ligação ficou a ser uma preocupação importante. É, então criada a Companhia de Transporte de Moçambique.

Entre 1969/70 verifica-se um grande desenvolvimento da Vila da Machava, especialmente a ocupação industrial que expande ao longo da linha férrea, e também a expansão das quintas para o norte. Na mesma altura dá-se a implantação de 3 novas

áreas habitacionais-Unidade A, Unidade C (actual Acordos de Lusaka) e Unidade E (Patrice Lumumba).

Na Matola, também verificou-se a implantação de novos bairros, respectivamente, Fomento e Liberdade. As Unidades habitacionais da Matola B e C já se encontram ocupadas e, em seguida, as Unidade D, E e F estavam em fase de desenvolvimento. Deu-se também, neste período um desenvolvimento industrial, embora não tão significativo como o da vila da Machava.

Em 1969, o Presidente Abel Baptista reforma-se e é sucedido por Fausto Leite de Matos, o qual, até ao fim da sua administração em 1974 (Governo de Transição) se dedicou a consolidar a obra do Presidente Abel Baptista, dotando à Câmara de quadros competentes e organizando o património. É assim, que em 1972 a Vila da Matola ascende formalmente à categoria de Cidade (Portaria nº 83/72 de 5.02.1972) (Anexo 1).

Nos primeiros anos do decênio 70, o desenvolvimento da Matola virou-se mais para a expansão habitacional e industrial para a pavimentação de passeios e construção de mercados.

Entre 1970/73 com o desenvolvimento industrial na Matola e Machava (EI5 e I6), verifica-se, em paralelo, uma rápida expansão urbana com a implantação de novos bairros na Machava: Zona T3, Unidade C (2ª parte) e unidade D. Na Matola, expande-se a zona (H2 e EH3).

No Governo de transição a câmara Municipal de Cidade da Matola, passa a ser dirigida por um presidente nomeado pelo Governo de Moçambique: o 1º dos quais foi o Rogério David Tsawana. Com ele o sistema de funcionamento da camara não alterou. Porém, mais atenção foi dada as populações dos bairros mais populosos e nessecitados, sobretudo, na construção de fontenárias de água.

Pela resolução 5/80 da Assembleia Popular, a Cidade da Matola perde a sua personalidade com a sua integração na Cidade de Maputo para construir o Grande Maputo. Assim foram extintas as câmaras das duas cidades e criou-se o Conselho Executivo da Cidade de Maputo com uma base económica completamente diferente das camaras municipais.

Nos meados de 1979, os bairros da Machava ficam totalmente ocupados e com a falta de demarcação de bairros, regista-se a ocupação expontânea e desordenada nas áreas intermédias, especialmente a Oeste.

Na Matola verifica-se a ocupação organizada da unidade J e parte da Unidade K (Matola C) (E16 e A2) e também a ocupação das áreas já parceladas. Em geral nesta fase havia pouco fornecimento de terreno parcelado à população para fins habitacionais, resultando, assim a ocupação expontânea das áreas intermédias, fundamentalmente ao longo dos acessos principais e/ou próximo das zonas industriais. Também, regista-se então o aumento da densidade habitacional em algumas áreas mais longe das zonas parceladas que até 1973 tinham características rurais, principalmente os bairros khongolote, Bunhiça, Tsalala, Sikwama e Mussumbuluco, todos alinhados ao longo dos acessos principais.

A Cidade da Matola caracteriza-se por uma ausência de um CBD (Central Business Distrit). E, é constituído por uma justaposição de zonas urbanizadas estruturadas, mais ou menos densas, separadas por vastas zonas de habitação expontânea ou de espaços livres (Vide Mapa 3).

A habitação estruturada ocupa cerca de 2.000 hactares, ou seja tanto quanto a habitação expontânea. Esta última é bastante heterogénica, quer pelas suas densidades como pelo tipo de habitação (em material sólido ou pré-cario) e época de ocupação. Alguns se constituíram há sensivelmente vinte anos, "estabilizando" por conseguinte o bairro. Observa-se uma rede viária suficientemente bem desenhada, a presença de alguns equipamentos e uma considerável cobertura vegetal. Outros bairros, contrariamente, são mais recentes: pouca ou nenhuma rede viária, instabilidade do solo, total ausência de equipamentos, entre outros .

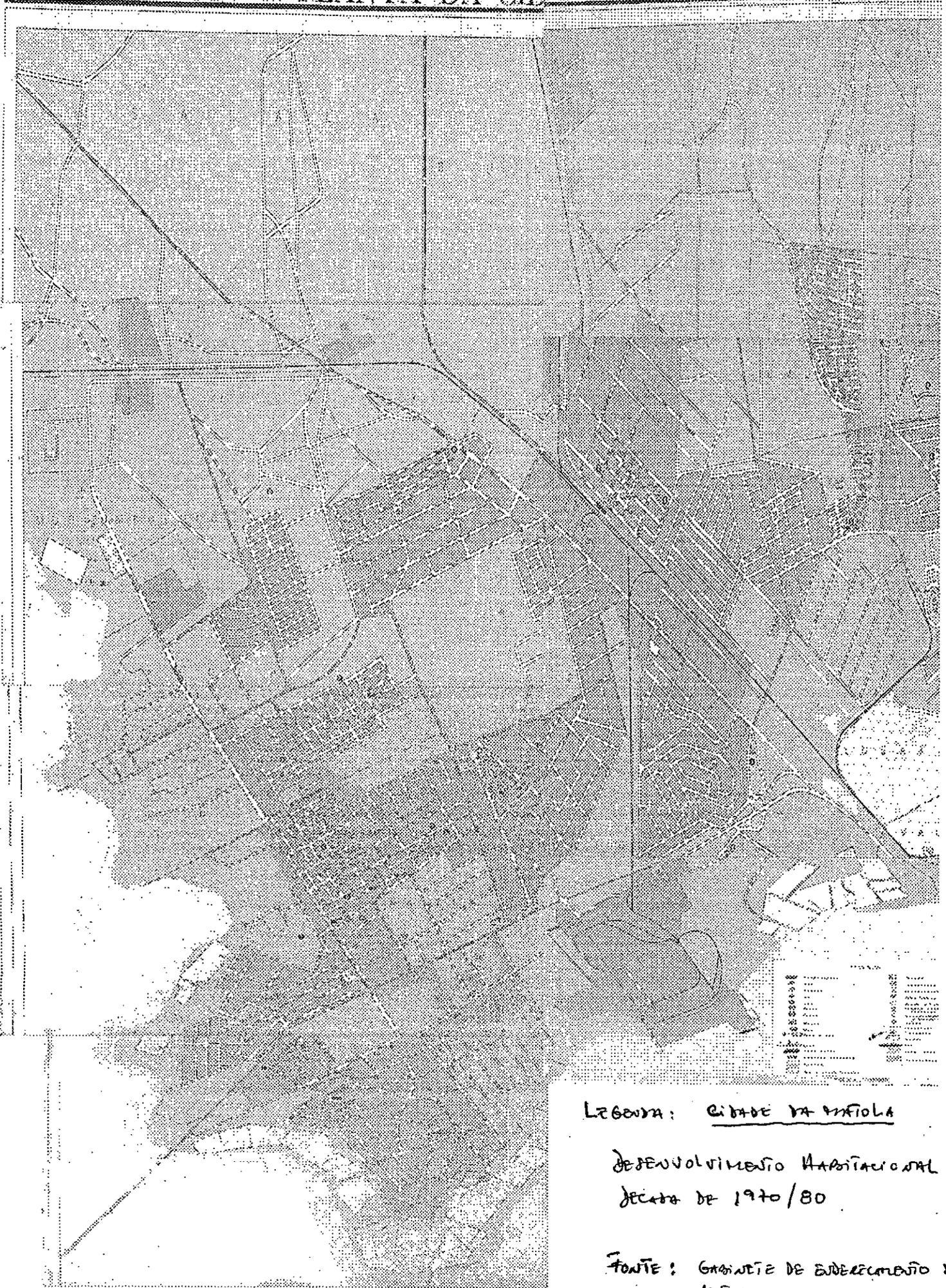
Fora da ausência do CBD, uma das características da Matola é apresentar zonas industriais. Dentre elas se destaca a zona portuária, na qual estão implantadas algumas enormes terminais e indústrias (combustíveis, carvão, cimento, cereais, hidrocarbonetos, e a recente terminal de alumínio da Mozal).

4.3. Evolução da ocupação da terra nos Bairros de Mussumbuluco e Liberdade

A descrição do Posto administrativo e dos respectivos bairros, fez-se com base na informação recolhida aos Secretários dos bairros, assim como os relatórios de Balanço anual nos postos administrativos. O Posto administrativo da Matola-Sede, é

MAPA 3

PLANTA DA CIDADE DA MATOLA



LEGENDA: CIDADE DA MATOLA

DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
DECADA DE 1970/80

FONTE: GABINETE DE ENDESENVOLVIMENTO DA
MATOLA

constituído por 13 Bairros, sendo 6 dos quais estruturados completamente e os restantes em desenvolvimento e os dois escolhidos são: Mussumbuluco e Liberdade.

MUSSUMBULUCO

O Bairro de Mussumbuluco é um bairro periférico com uma área de 116,4 hectares e uma densidade populacional de 32,2 hab/ha, situa-se a norte de Matola "J", a Sul do Sikwama, a oeste da Liberdade, a este do rio Matola e Boane, com uma topografia caracterizada por planície arenosa e suavemente ondulada, solos arenosos de baixa capacidade de retenção de água. A população deste bairro do posto administrativo da Matola-Sede é de 3.735 habitantes em 1997 com cerca de 2.024 mulheres (Vide Mapa 4).

Este bairro está em fase de crescimento, pois é atravessado pela Estrada Nacional nº 4 (Maputo-Witbank) Corredor de Desenvolvimento de Maputo. Que devido a sua importância económica que exerce sobre a região e ao longo do eixo que atravessa o bairro encontram-se concessões e algumas construções de entrepostos comerciais, entre elas a báscula em frente do actual cemitério e vários outros por aparecerem. Não possui ainda infraestruturas e/ou equipamentos sociais relevantes fora das adormecidas fábricas de rações, a fábrica de explosivos e a IMA (Indústria Moçambicana de Aço).

A questão que se levanta é crónico a reação sempre tardia da edilidade sobre o planeamento urbano na ocupação, tanto industrial como habitacional; o que tem criado variadíssimos problemas de ordenamento na cidade da Matola.

Sikvan

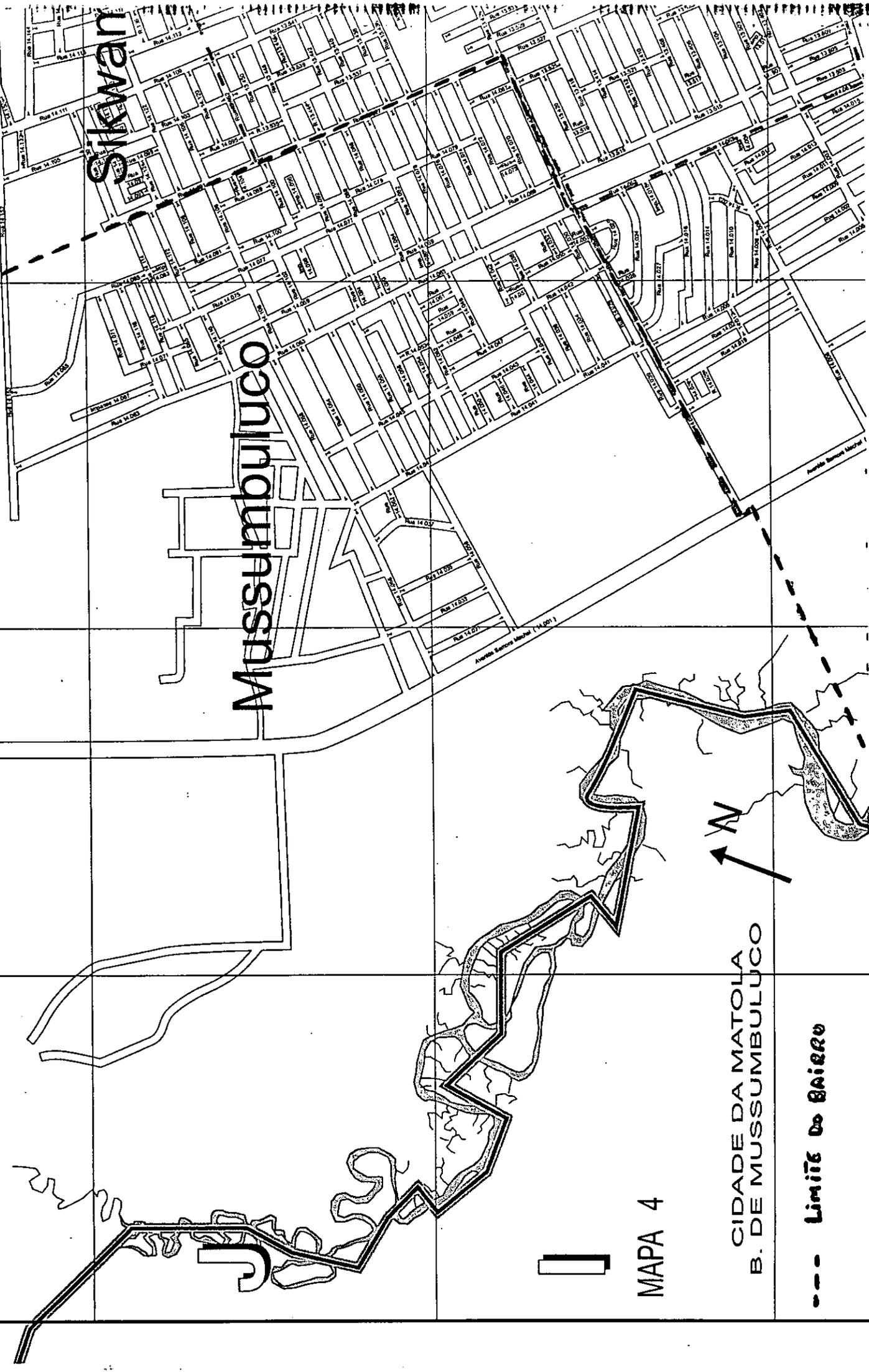
MUSSUMBULUCO

Matola

MAPA 4

CIDADE DA MATOLA
B. DE MUSSUMBULUCO

--- Limite do Bairro



Não sendo só o caso de Mussumbuluco, mas generalizado pela Cidade da Matola, sobretudo nos bairros atravessados por eixos principais de comunicação.

Outra situação adversa do planeamento na Matola é o atalhoamento incosequente na mistura de actividades habitacionais e industrias de variáveis níveis e que tem graves consequências, harmonicos da cidade e uma inquietação ambiental dos habitantes.

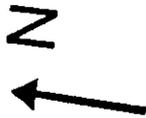
LIBERDADE

Liberdade é o bairro mais populoso da Cidade da Matola com cerca de 43.932 habitantes, dos quais 22.841 são mulheres. Esta população cresceu devido a multiplicação, mas também o aumento da área de 250 ha em 1969 para aproximadamente 900 ha. O acréscimo da população deveu-se também, pela inclusão da área da parcela 725/c, que segundo Azevedo (1969) no plano Director de Urbanização de Lourenço Marques era tida como inapta para fins residências (Vide Mapa 5).

O Bairro, apresnta um núcleo central de construções de habitação definitiva situado a Este do Mussumbuluco, com uma área aproximadamente de 890 hectares e uma densidade relativa de 49,4 hab/ha está limitado pelos bairros do Fomento a Sul, Tsalala a Norte, Sikwama a Noroeste, Trevo a Este, a Nordeste Machava-sede e a Oeste Matola "H", Matola "J" e Mussumbuluco. Possui uma planta de ordenamento ortogonal cuja a sua origem deveu-se a instituições de fundo de Habitação para técnicos Superiores, Médios e alguns funcionários em 1972 (DNAL, 1998).

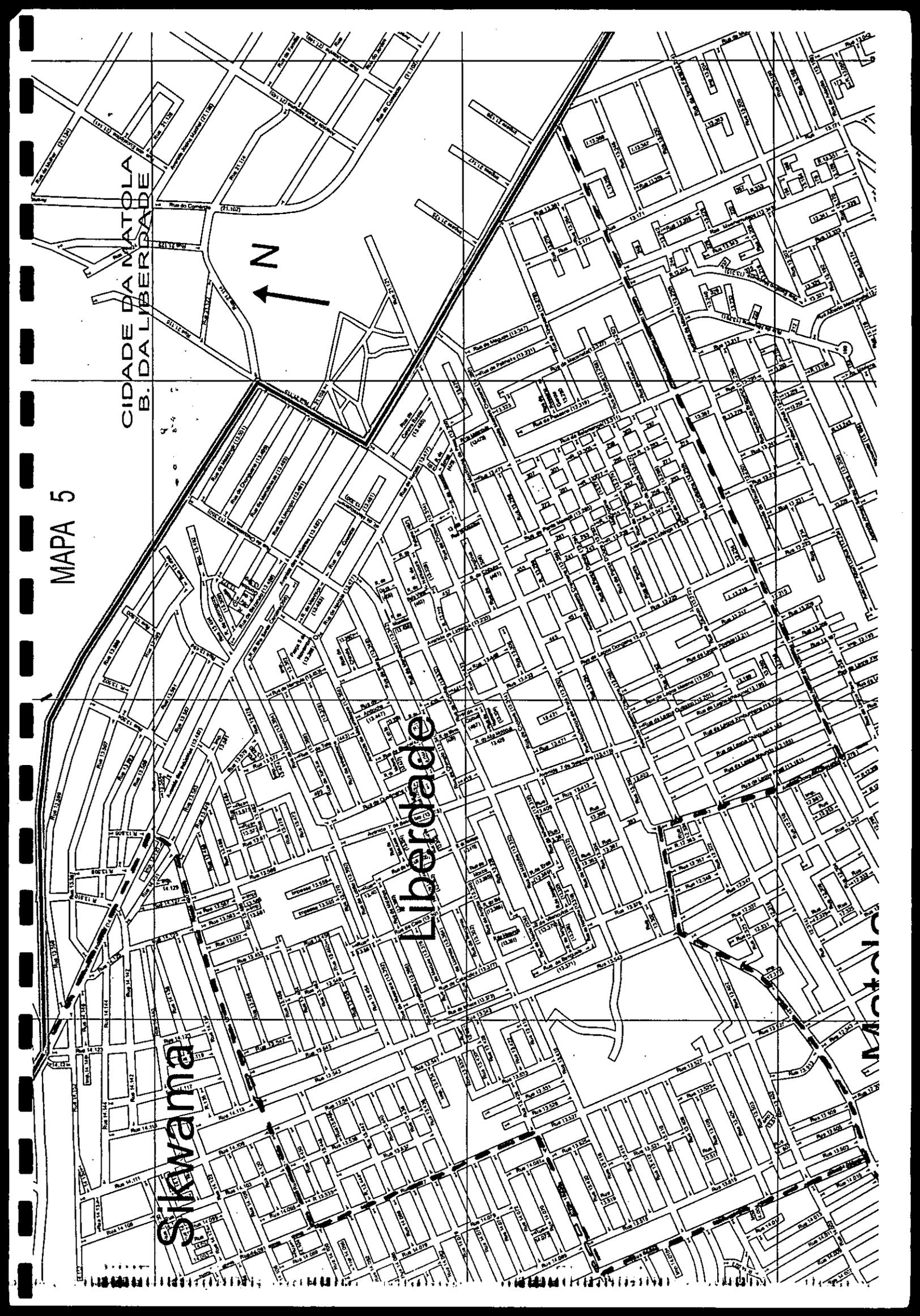
MAPA 5

CIDADE DA MATOLA
B. DA LIBERDADE



Liberdade

Silvama



O crescente conflito armado acresceu sobremaneira a ocupação do solo de tal forma que incrementaram o atalhoamento de outras parcelas adjacentes. Liberdade, apresenta algumas infraestruturas e fornece certos serviços básicos, como abastecimento de água canalizada e uma rede eléctrica considerável. Possui um Centro de saúde com uma capacidade de atendimento de 100 paciente/dia, em caso de gravidade os doentes são evacuados para Hospital Geral da Machava ou José Macamo, existem duas clínicas privadas e uma farmácia; na educação é preveligiada por duas escolas primárias completas e uma Secundária; possui um centro comercial, uma padaria, uma pequena rede de lojas dispersas, três mercados formais e quatro informais (Idem).

Segundo a Beaujeu-Gardiner (1997:111) não é mais fácil delimitar o espaço urbano do que definir o fenómeno de urbanização (como são as várias cidades de Paris), os critérios variam de país para país e não nos devemos admirar ao ver, muitas vezes, dados de população diferentes para a mesma cidade. Não é só nos limites exteriores que podem ter hesitações; o próprio espaço não é homogénio e pode ser dividido de maneiras muito diversas.”

5. A IMPLICAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA URBANA NO PLANEAMENTO DA CIDADE DA MATOLA

5.1 Ordenamento do Território

A diferenciação do espaço urbano e/ou periurbano, segundo Beaujeu-Gardiner, observa sempre uma dualidade que sublinhamos ao falar da cidade e o seu crescimento à periferia.

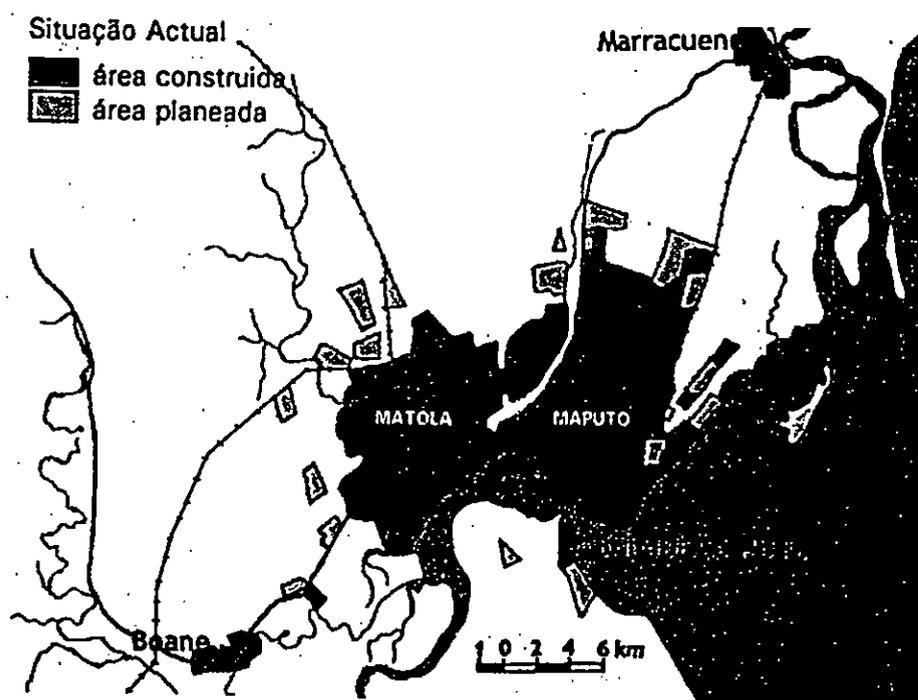
É, interessante primeiro demonstrar os tipos de crescimento e depois os diferentes tipos de periferias resultantes:

O bairro de Mussumbuluco tem um crescimento por aglutinação todo o espaço é progressivamente ocupado e é raro que aglutinação se expanda de forma circular, ela cresce geralmente a partir de pontos excêntricos, o que acontece neste bairro que vai ocupando progressivamente o solo preveligiado e com acesso a estrada Nacional nº4 (Maputo-Witbank).

Nesta situação, as cidades não fortificadas que desenvolvem a necessidade de se proteger, o centro diferencia-se pouco dos bairros perifericos e a separação é muito mais difícil de observar, como acontece na cidade da Matola, que foi precocemente ocupado. Destingue-se pelos espaços ocupados e a tipologia dos edificios, e, em torno desse centro, a periferia avança e conquista espaço com condições variáveis com é o caso de Mussumbuluco e Liberdade.

Neste contexto, a diferenciação do espaço urbano tem o mesmo consentimento nos bairros da Liberdade e Mussumbuluco. Mas, para o efeito, frisa Gardiner que para o desenvolvimento da cidade é fundamental que se ultrapasse a dificuldade de ajustamento dos limites administrativos a luz do seu crescimento demográfico e espacial, isto para permitir o desenvolvimento da própria cidade segundo a ilustração da figura 4, referente a situação actual na área de Maputo/Matola.

Mapa 6



Fonte: Plano de estrutura da área Metropolitana de Maputo-2000

5.2 Fornecimento de Serviços Sociais Urbanos

O fornecimento dos serviços sociais tem se juntado a própria função para a qual essa cidade foi criada e que as outras funções se vêm juntar, sendo que cada uma delas exija pessoal cada vez mais numerosa.

Os fracassos na cobertura e qualidade de serviços urbanos no desenvolvimento das cidades são o resultado de mais do que um laço de recursos. A evidência mostra que em muitos casos os recursos destinados para os serviços urbanos são substanciais, mas usados ineficientemente (WB, 1995).

Já no passado a maioria da população nas áreas urbanas, juntavam-se as suas casas à uma fonte de água potável com uma serie de problemas de saneamento, recolha de lixo, acesso ao transporte, bem como, aos serviços de educação e saúde. O aumento da violência cresce para Mais um tradicional problema de qualidade de vida nas áreas urbanas; os fracos serviços tem implicação para a produtividade das actividades económicas na cidade (Idem).

As dificuldades de cobertura e qualidade do fornecimentos de serviços, refletem-se em parte no constringimento de agregar recursos. A habilidade da economia para convenientemente fornecer serviços básicos urbanos, normalmente é constringido pela demanda de outras necessidades fundamentais – alimentação, abrigo, segurança – em extremidade de uma cidade pobre (Ibdem).

5.3 Gestão Urbana Municipal

Segundo Araújo (1997) o grande factor da dificuldade na gestão urbana é o demográfico, e para a minimização deste problema, a gestão urbana municipal deveria acontecer com a seguinte perspectiva, segundo Derruau (1982:220), obedecendo o critério do crescimento das cidades que tem haver com 03 três aspectos geograficamente muito importante:

- a) o crescimento espacial – tratando-se de saber como a cidade se ampliou ou amplia-se, percebendo todas as explicativas da sequência das etapas;
- b) A funcionalidade – Trando-se de observar a sucessão das funções e adaptações às características históricas que conduzem a cidade actual;
- c) O aspecto demográfico – A função fixa para o efeito uma população para a qual a cidade deve-se multiplicar as suas concentrações, como qualquer população, a da cidade varia por crescimento Natural e por migrações, fazendo planeamento desta peraspectiva de ocupação do solo urbano com vista a minizr os desmandos, na procura de terra para habitação.

Os grandes problemas urbanos da cidade da Matola, não fogem muito dos problemas demográficos. Sendo importante evocar primeiro os de ordem externa (êxodo rural) e depois os de ordem interna resultantes da dinâmica demográfica urbana (Maputo/Matola), segundo ilustra a figura 3 abaixo sobre as tendências de desenvolvimento da área metropolitana.

Mapa 7



Fonte: Plano de estrutura da área Metropolitana de Maputo-2000

Segundo o Mapa 7 acima, é importante realçar que os laços entre os habitantes exprimem-se de diferentes maneiras: em primeiro lugar, a cidade tem o poder de atracção definitiva ou temporário sobre os indivíduos; em segundo lugar tem um tal poder que os seus habitantes extravasam, de várias maneiras, para o exterior. Atracção e refluxo, tais são os movimentos, cujas características têm sido objecto de estudos.

Considera-se, pois, como espaço dependente do poder de atracção da cidade no que diz respeito a migrações definitivas campo-cidade (êxodo rural), porque é imediatamente contíguo ao território urbano e se desenvolve a maior ou menor distância, em função do poder da atracção da cidade e ou das condições particulares do povoamento, da existência de meios de transportes que favoreçam ou dificultam o recrutamento e o acesso. Exemplos demonstrativos é a situação do bairro de

Mussumbuluco que está a surgir com grandes ocupações de várias entidades devido ao aparecimento da estrada que liga Moçambique a RSA. Concretamente, a Cidade da Matola, tem tido atracções de grande vulto.

Alguns dos problemas urbanos encontrados na Cidade da Matola são necessariamente relativos ao crescimento da cidade onde a densidade da população começa a ser elevada e quando a vida é fortemente de qualidade as condições de vida tornam-se difíceis. Para exemplificar a situação das áreas periféricas da cidade da Matola

6. CONCLUSÕES

A rápida urbanização das cidades moçambicanas em particular a Cidade da Matola não acompanhada de infraestruturas sociais e outros equipamentos básicos, faz surgir inúmeros problemas que vão desde o inadequado abastecimento de água, arruamento, drenagem, salubridade até a poluição do ar, perigando a saúde pública e para a intensidade urbana surge a insuficiência dos sistemas de transporte, uso de energia, degradação acentuada de terras anteriormente frágeis e ocupação de áreas propensas a perigos naturais. Assim, torna-se importante para cada cidade, identificar prioridades e políticas, bem como, inumerá-las para a resolução dos assuntos imediatos.

Um dos grandes problemas, que enfermam o desenvolvimento urbano da Cidade da Matola, tem haver com a divisão da tomada de decisões e à planificação do desenvolvimento da cidade, isto é, dividir aquilo que é a competência (Política/técnica), e estruturar a gestão urbana, sobretudo nas áreas de expansão e/ou do desenvolvimento da cidade da Matola, sendo esta uma das dificuldades seriamente significativa e porque a gestão formal urbana tem taxas inerentes as relações com a organização da cidade e as vias de acesso (Mabogunje, 1992).

Por outro lado, esse leque de capacidades significa que: através de massas de residentes urbanos são constantemente feitas contribuições para melhoramento da vida dos cidadãos, pagando um pouco mais em prol do desafio dos serviços necessários e o que acontece é que a gestão formal não é vista pelos cidadãos com particular relevância para a existência deles; criando a situação de improvisado e/ou aceitação passiva de construções informais e definitivos sem o conhecimento

municipal. E, como o Município não possui a capacidade de controle, a política de uso e aproveitamento da terra 2/97, não ajuda para as questões de desenvolvimento urbano da Cidade da Matola.

A falta de continuidade do processo de desenvolvimento da Cidade da Matola iniciado na década de 1970, permitiu que o preenchimento das áreas descontínuas fosse espontâneo e não ordenado; segundo Derruau (1982), o aspecto demográfico fixa para o efeito uma população a qual a cidade deve multiplicar-se para sua concentração, como qualquer população, a da cidade varia também por crescimento natural e por migrações, sendo bairros de Mussumbuluco e Liberdade algumas das referências desse desenvolvimento.

7. BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, M.1994. A cidade de Maputo: Crescimento Demográfico e Transformações Sociais, UEM, Maputo;
- ARAÚJO, M.(1997). Geografia dos Povoamentos, Assentamentos Rurais e Urbanos, UEM, Maputo;
- ARAÚJO, At all (2000). Análise de diferenciação Espacial da População na Cidade da Matola e Maputo, UEM-CEP, Maputo;
- AZEVEDO (1969). Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques, LM;
- BEAUJEU-GARDINER, J. (1997), Geografia Urbana, Fundação Calouste Gulbekian, 2ª Edição,Lisboa;
- CNP (1994). Análise dos Níveis de Urbanização em Moçambique, Maputo;
- DERRUAU, M. (1982). Geografia Humana II, 2º Volume, 3ª Edição, Editora Presença Lda, Brasil;
- DICIONÁRIO DE GEOGRAFIA (1973). Enciclopédia e Dicionário, Globo S.A
- DINAGECA (1999), Carta de uso e cobertura da terra, Folha nº 98/99, escala nominal 1:250000, Maputo;
- DNAL (1988), Desenvolvimento Urbano da região de Maputo-Matola, Folha Informativa, MAE, Maputo;
- DIRECTÓRIO COMERCIAL DE MOÇAMBIQUE (2001), Nº 02;
- FRELIMO (1998), Programa do Município da Matola, Maputo;
- GROUP HUIT (2002). Projecto de Endereçamento da Cidade da Matola, Matola;
- INE, (1997). II Recenseamento Geral da População e Habitação, Maputo;
- INIA, (1993). Comunicação nº 76, Maputo;
- INPF, (1985). Plano de Estrutura da Cidade de Maputo,CECM, Maputo.

- ISA, (1999). Relatório Sobre Alívio a Pobreza na Cidade da Matola, Relatório, Matola, 32pp;
- LAKATOS, E. & Marconi (1985). Metodologia do Trabalho Científico, Atlas, São Paulo, Brazil;
- MABOGUNJE, A. (1992). Perspective on Urban Land and Urban Management Policies in Sub-Saharan Africa, World Bank, Washington, D.C., paper 196;
- PARETO, V. (1999). Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo, Opções alternativas para expansão urbana 2000-2010, Maputo;
- SIMIELLI, M.(1981). Variação Espacial da Capacidade de Uso da Terra. Um ensaio metodológico de Cartografia temática, aplicado ao Município de Jundiaí-SP, São Paulo;
- RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (1999). Novas tecnologias e Desenvolvimento Humano, PNUD, Lisboa;
- TEXTO de Apoio (1995/6). Introdução ao Planeamento Urbano, Curso de Geografia, UEM/Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras;
- UMP (2000). Africa Region-Urban Poverty Alleviation, World Bank.
- VALE, M.(2000). Análise do ordenamento do espaço urbano na vila do Bilene, Dissertação, UEM;
- WORLD BANK (1995). Better Urban Services, Development in Practice, Fining the Right Incentives, Washington, D.C., USA;

8. ANEXOS

ANEXO 1

BOLETIM



OFICIAL

Secretaria da Administração

DE

Administração da Comissão da Matola

Entrada N.º 18

Em 7/2/72

MOÇAMBIQUE

O Administrador,

Classificação

Correspondência referente a assinaturas e anúncios do «Boletim Oficial» dirigida à Imprensa Nacional de Moçambique, em Lourenço Marques.

Preço das assinaturas por via aérea e pedidos das importâncias para o correio, nos termos da Portaria n.º 186, de 6 de Agosto de 1970.

ASSINATURAS

	Metrópole e Ultramar		Estrangeiro	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
Pelas três séries	1050\$00	600\$00	1150\$00	650\$00
1.ª série	350\$00	200\$00	400\$00	220\$00
2.ª série	400\$00	220\$00	500\$00	250\$00
3.ª série	350\$00	200\$00	400\$00	220\$00

Venda avulsa, por série, por cada 2 páginas	1\$80
Anúncios, por linha larga	9\$00
Anúncios, por linha estreita	8\$00

Não serão publicados os anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Governo-Geral de Moçambique:

Portaria n.º 83/72:

Eleva à categoria de cidade a vila Salazar, sede do concelho da Matola.

Governo-Geral de Moçambique

Portaria n.º 83/72

A vila Salazar, sede do concelho da Matola, vem-se desenvolvendo extraordinariamente, a ponto de ser já uma das mais importantes núcleos populacionais e económicos da Província de Moçambique.

Localiza-se aí um grande número de estabelecimentos industriais, a par de instalações complementares do porto de Lourenço Marques, estabelecidas no braço de mar, denominado rio Matola. É bem conhecida, por isso, como uma das regiões mais industrializadas senão a mais industrializada da Província.

Acrece a esta circunstância o facto de haver nela um conjunto urbanístico de real valor com modernos estabelecimentos industriais e comerciais e habitações condignas para as mais diversas classes sociais da população.

Não há dúvida que a vila Salazar é um centro urbano importante e progressivo, não obstante ser de data recente a sua criação, como divisão administrativa.

Com efeito, foi pela Portaria n.º 10 774, de 5 de Fevereiro de 1955, que se instituiu o concelho da Matola,

para pela Portaria n.º 12 332, de 1 de Fevereiro de 1958, ser elevada à categoria de vila.

Pela Portaria Ministerial n.º 17 233, de 24 de Junho de 1959, foi-lhe conferido o direito de usar armas, bandeira e selo próprios e pela Portaria Provincial n.º 21 181, de 20 de Abril de 1968, passou a designar-se pelo nome que actualmente tem, como justa homenagem ao egrégio português que foi Salazar.

Toda esta surpreendente evolução social se deve à boa gente que nela tem desenvolvido a sua iniciativa, contribuindo para o progresso aí verificado.

Através das medidas legislativas e administrativas que se têm adoptado e vêm tomando na acção governativa, tem-se procurado dar satisfação aos justos anseios de progresso das populações.

Desejando agora o Governo da Província premiar o esforço de todos e porque a vila Salazar já reúne as condições para ser elevada à categoria de cidade;

Tendo em consideração o estatuído no § 1.º do artigo 7.º da Reforma Administrativa Ultramarina;

No uso da competência atribuída pela alínea c) do artigo 135.º da Constituição, o Governador-Geral de Moçambique manda:

Artigo único. A vila Salazar, sede do concelho da Matola, distrito de Lourenço Marques, é elevada à categoria de cidade, com a denominação de Salazar.

Cumpra-se.

Residência do Governo-Geral de Moçambique, aos 5 de Fevereiro de 1972. — O Governador-Geral, *Manuel Pimentel Pereira dos Santos*.

Preço do presente suplemento, 1\$80

Capítulo 4.º, artigo 112.º, n.º 1), alínea a) — Administração Geral e Fiscalização: Arquivo de Identificação Civil: Despesas com o pessoal: Remunerações certas ao pessoal em exercício: Pessoal dos quadros aprovados por lei: Vencimentos 22.133\$60

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Residência do Governo-Geral, em Lourenço Marques, aos 29 de Agosto de 1959. — O Governador-Geral, Pedro Correia de Barros.

Diploma Legislativo n.º 1:887

Reconheceu-se a necessidade de reforçar com a importância de 2:000.000\$ a verba do capítulo 12.º, artigo 1635.º, n.º 2), alínea a), da tabela orçamental de despesa extraordinária para o ano económico de 1959.

Porque não existem nas verbas das tabelas orçamentais de despesa disponibilidades que possam servir de contrapartida do reforço e sendo o mesmo de urgente necessidade pública, utiliza-se para esse fim parte do saldo positivo das contas de exercícios findos, nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40:712, de 1 de Agosto de 1956, efectuando-o por meio de crédito especial.

Estando a abertura de créditos para despesas desta natureza prevista na alínea h) do artigo 11.º do Decreto n.º 35:770, já citado, e tendo sido cumpridas as formalidades prescritas nos n.ºs 1.º a 4.º do seu artigo 15.º;

Com autorização ministerial dada pela Portaria n.º 17:287, de 8 do corrente, conforme telegrama n.º 921, de 14 do mesmo mês, da Direcção-Geral de Fazenda do Ultramar;

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 9.º do Estatuto da Província de Moçambique;

Usando da competência atribuída pelo artigo 151.º da Constituição, conforme o voto do Conselho de Governo, o Governador-Geral de Moçambique determina o seguinte:

Artigo 1.º É aberto um crédito especial de 2:000.000\$ para reforço da verba do capítulo 12.º, artigo 1635.º, n.º 2), alínea a) — Despesa extraordinária: Outras despesas extraordinárias: Financiamento: Central eléctrica de Lourenço Marques —, da tabela orçamental de despesa extraordinária para o ano económico de 1959.

Art. 2.º Para contrapartida do crédito de que trata o artigo anterior são utilizadas disponibilidades de igual quantia, a sair da parte livre do saldo positivo das contas de exercícios findos.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Residência do Governo-Geral, em Lourenço Marques, aos 29 de Agosto de 1959. — O Governador-Geral, Pedro Correia de Barros.

Portaria n.º 13:312

Tendo a Câmara Municipal da Matola representado no sentido de lhe ser concedido o foral;

Considerando que a obtenção de foral é uma das prerrogativas das câmaras municipais como representantes das autarquias locais;

Considerando que uma propriedade municipal própria seguida de poderes para a administrar, não só constitui uma justa e legítima aspiração das populações concelhias como também contribui para um maior desenvolvimento local e acentua as características dominantes de uma comunidade administrativamente autónoma;

Nos termos do disposto na base XLVIII, n.º II, da Lei

Lei n.º 2:001, de 16 de Maio de 1944, e no n.º 12.º do artigo 13.º do Estatuto da Província de Moçambique

Com o parecer favorável do Conselho de Governo No uso da competência atribuída pelo artigo 155.º da Constituição, o Governador-Geral de Moçambique manda:

Foral da Vila da Matola

ARTIGO 1.º

É concedido à Câmara Municipal da Matola o foral da vila, abrangendo a Vila da Matola, as zonas urbanas, suburbanas e rurais adjacentes de sua natureza expansiva na área definida pelos seguintes limites, partindo de sul para norte com passagem por oeste:

- a) Estuário do Espírito Santo, desde o ponto limítimo da linha dos subúrbios do concelho de Lourenço Marques até à foz do rio Matola;
- b) Segue a margem esquerda deste rio até ao ponto de intersecção com a linha recta perpendicular à linha férrea Lourenço Marques-Rosário Garcia que no sentido W. S. W. - E. N. E. define o limite norte dos subúrbios da povoação da Matola-Estação;
- c) Segue esta linha recta até ao vértice norte dos subúrbios da Matola-Estação;
- d) Deste vértice segue em alinhamento recto até marco n.º 83 da parcela n.º 722;
- e) Deste marco segue o contorno das parcelas n.ºs 722 e 721, passando pelos marcos n.ºs 77-A e 77 da parcela n.º 722 até ao marco n.º 74 da parcela n.º 721;
- f) Do marco n.º 74 do extremo este da parcela n.º 721 segue em linha quebrada, passando pelos marcos n.ºs 2 e 1, até ao marco A limites do concelho da Matola com a circumscrição de Marracuene;
- g) Deste marco segue em alinhamento recto até marco B' da parcela n.º 643-B;
- h) Deste marco segue, em linha quebrada, o limite das parcelas n.ºs 643-B, 772 e 643-E, passando pelos marcos A', 67, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 11, 12 e 13 até ao marco n.º 15 extremo oeste desta última parcela;
- i) Deste marco segue em linha recta ao marco dos subúrbios do concelho e cidade de Lourenço Marques;
- j) Deste marco segue o arco de círculo dos limites dos subúrbios do concelho e cidade de Lourenço Marques até ao estuário do Espírito Santo.

TITULO I

Da propriedade imobiliária

ARTIGO 2.º

Direitos da Câmara Municipal e direitos do Estado

1. Os direitos dos terrenos do Estado, compreendidos na área definida no artigo anterior, são transferidos para a Câmara Municipal da Matola, salvo os seguintes:

- a) Ao domínio público;
- b) À faixa marítima ou fluvial, cujos limites não devam ser fixados, nos termos do n.º base LXXX da Lei Orgânica do Ultramar;
- c) Ao domínio privado do Estado, ou reservado por lei;
- d) Ao domínio particular.

2. O Estado pode a todo o tempo reaver os direitos sobre os terrenos de que venha a carecer.